



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 93/XIII/ 3.ª SL

Aos 13 dias do mês de dezembro de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*

2. *Apreciação e votação da ata 91, relativa ao dia 29 de novembro;*

3. *Discussão e votação da Petição n.º 287/XIII/2.ª - «Solicitam a reabertura do Serviço de Urgência Básica do Hospital de Nossa Senhora da Ajuda» - Relatora: Deputada Rosa Albernaz;*

4. *Discussão e votação do parecer sobre o Relatório Anual sobre o Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e Entidades Convencionadas ano 2016 - Autor do Parecer: Deputado António Sales;*

5. *Outros assuntos.*

*11:00 Audição das personalidades indigitadas para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da ERS, Eng.ª Maria Manuela de Carvalho Álvares e Dr. Rogério Joaquim Nogueira de Carvalho, conforme previsto no n.º 3 do artigo 17.º da Lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto.*

#### 1. Informações

A Vice-Presidente, Deputada Maria Antónia Almeida Santos, presidiu à reunião, que iniciou dando conta de que a Deputada Ana Rita Bessa, do CDS-PP, integra agora a Comissão de Saúde como suplente. Informou ainda ser necessário designar um Deputado para elaborar o parecer fundamentado relativo às audições dos vogais indigitados para o Conselho de Administração da ERS, que hoje vão ter lugar, em conformidade com o estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do artigo 17.º da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 12/2017, de 2 de maio. De acordo com a grelha de distribuição, foi indicado o Deputado Moisés Ferreira para elaboração do parecer.

#### 2. Apreciação e votação da ata 91, relativa ao dia 29 de novembro



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 93/XIII/ 3.ª SL

A ata n.º 91, relativa a 29 de novembro, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. Discussão e votação da Petição n.º 287/XIII/2.ª - «Solicitam a reabertura do Serviço de Urgência Básica do Hospital de Nossa Senhora da Ajuda» - Relatora: Deputada Rosa Albernaz

O Deputado António Sales apresentou o Relatório Final da Petição n.º 287, elaborado pela Deputada Rosa Albernaz. Referiu o objeto da petição, que considera de inteira justiça, procedeu à sua análise, deu conta das diligências efetuadas e concluiu com o parecer de que deve o Relatório ser enviado ao PAR e aos peticionários, publicado no DAR e agendada a Petição para plenário.

O Deputado Moisés Ferreira disse haver capacidade instalada no SNS que está a ser desperdiçada, sendo o Hospital de Espinho um exemplo disso, não fazendo sentido que não tenha um serviço de urgência básica, o que obriga a população a ter de fazer 15/20 Km para poder aceder às urgências. Considera que proteger a população, sem gastos adicionais para o SNS, seria garantir o funcionamento de uma urgência básica neste hospital, que já existiu, pelo que saúda a petição.

A Deputada Carla Cruz disse acompanhar também a pretensão dos peticionários, revendo-se na necessidade de reabertura deste SUB. Não existindo, verifica-se que são sobrecarregados e congestionados os serviços de urgência do Hospital de Gaia, pelo que votará favoravelmente o Relatório.

A Deputada Isabel Galriça Neto manifestou a opinião de que o Relatório está correto e o assunto é pertinente, pelo que votará a favor.

Colocado à votação, o Relatório Final foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

4. Discussão e votação do parecer sobre o Relatório Anual sobre o Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e Entidades Convencionadas- ano 2016 - Autor do Parecer: Deputado António Sales

O Deputado António Sales fez a apresentação do [Parecer relativo ao Relatório Anual sobre o Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde \(SNS\) e Entidades Convencionadas, do ano 2016.](#)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 93/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

A Presidente em exercício saudou o Deputado pelo trabalho exaustivo na elaboração do Parecer e deu a palavra aos Deputados para intervenções.

O Deputado Luís Vales disse considerar que o Parecer fala de números que não são oficiais e que os números reais contradizem o que foi dito pelo Deputado António Sales. Pensa que não é sério dizer que com o PSD e o CDS-PP tudo era mau e que em 2016 se deu uma inversão, pois a verdade é que houve degradação do acesso aos cuidados de saúde, como disse o Tribunal de Contas na sua auditoria. Irão ver qual o grau de comprometimento do BE e do PCP com este Governo, aquando da sua intervenção sobre este Parecer, pois tudo confirma a degradação na saúde desde 2015, tendo em conta, entre muitos outros, os números sobre o aumento do tempo de espera e dos inscritos.

O Deputado Moisés Ferreira referiu que o Parecer deveria mencionar que o Relatório é para ser entregue até 31 de maio, o que não aconteceu. Entende que há mais procura e mais acesso ao SNS e se há mais consultas e cirurgias, é porque o acesso foi facilitado e não o contrário. O que está feito tem todavia de ser reforçado em quantidade e velocidade, pois não obstante as melhorias muito há a fazer, como, por exemplo, abrir mais USF, aumentar o número de médicos de família e generalizar o que é feito com os projetos piloto e os rastreios. Chamou a atenção para o facto de que aumentaram os gastos com os convencionados, o que não é bom sinal, sendo que os apoios têm de ser escrutinados e investigados, como é demonstrado com a situação que está acontecer (Raríssimas).

A Deputada Isabel Galriça Neto disse que o Relatório não corresponde à prática e que os resultados são fruto do trabalho de muitos anos, não podendo ser assim apresentados. Há distorções nos dados de acesso, que outras fontes permitem contrariar, não sendo possível afirmar que há melhoria real no SNS, nem reforço de investimento, pelo que o CDS-PP se absterá.

A Deputada Carla Cruz considera haver uma diferença significativa entre o que foi a atividade na saúde entre 2011/2015 e 2016, pois foram agora reduzidas taxas moderadoras, repostas isenções e melhorado o transporte de doentes. Hoje há menos saídas de profissionais do SNS, além de que são repostos, e também melhoraram os direitos e condições de trabalho dos profissionais. As experiências piloto têm de ser alargadas, e também os rastreios, e reduzidas as listas de espera e os tempos. É pois



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 93/XIII/ 3.ª SL

preciso trabalhar nesse sentido, bem como aumentar a capacidade instalada e a fiscalização dos acordos que o Estado faz com o setor social e privado.

A Presidente em exercício informou que o Relatório chegou do Governo em agosto, tendo sido distribuído na primeira reunião de setembro.

O Deputado António Sales respondeu às questões colocadas, acrescentando ter feito no Parecer um registo fotográfico da realidade, sem juízos de valor, mas que não são comparáveis, em termos de acesso, os anos 2011/2015 e 2016, sendo que nem tudo está bem, mas está bem melhor do que então. Disse aceitar incluir a referência a que o Relatório deveria ter sido enviado à AR até 31 de maio de 2017.

O Parecer foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com os votos a favor do PS, BE e PCP, a abstenção do PSD e CDS-PP e a ausência do PEV.

11:00 Audição das personalidades indigitadas para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da ERS, Eng.ª Maria Manuela de Carvalho Álvares e Dr. Rogério Joaquim Nogueira de Carvalho, conforme previsto no n.º 3 do artigo 17.º da Lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto.

A Presidente em exercício, Deputada Maria Antónia Almeida Santos, cumprimentou os vogais indigitados e deu conta da grelha de tempos que irá ser utilizada.

Usou da palavra, em primeiro lugar, a vogal indigitada Maria Manuela de Carvalho Álvares, que apresentou o respetivo currículo e explicou o seu percurso profissional, sempre no serviço público. As suas áreas de eleição foram sempre a qualidade e a saúde. Interessa-se pela atividade da ERS desde que participou na conceção do SINAS, que põe a qualidade ao serviço do utente. Focou, neste âmbito, os aspetos social, com a promoção da qualidade e proteção do utente no acesso aos cuidados de saúde, e o económico, com a proteção do cidadão face às falhas do mercado. A ERS tem a sua esfera de atuação delimitada e pensou em algumas linhas estratégicas de ação para esta entidade, como sejam a excelência na saúde e a qualidade, as reclamações como forma de identificação dos problemas do setor, a pro-atividade e o reforço preventivo do papel da ERS, o aprofundamento do SINAS como instrumento de rigor, o reforço da articulação com várias entidades, designadamente as ARSs, INFARMED e associações de doentes. Considera que está na altura de se refletir sobre os prestadores de cuidados de saúde, sobre a publicidade nesta área e os sistemas de informação dos dados de saúde.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 93/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

O vogal indigitado Rogério Nogueira de Carvalho referiu igualmente o seu percurso profissional na saúde, desde 1978, tendo desenvolvido atividade em hospitais, departamentos centrais de saúde, na cooperação com os PALOPs, no INA e na Escola Nacional de Saúde Pública. Deu conta dos cinco temas que considera fundamentais: a saúde como grande pilar da construção de uma sociedade de bem-estar, mais justa e solidária; a natureza e a especificidade próprias da saúde, devendo esta ser vista também como um investimento e ter carácter intersectorial; a construção de um sistema de saúde, tendo em conta os objetivos e características do SNS; o papel do Governo e da administração, sendo que o Estado é simultaneamente gestor, fiscalizador e regulador e por essa razão foi criada uma entidade independente, a ERS; o papel da regulação, entendendo que esta entidade deve acrescentar valor ao sistema de saúde, promovendo a literacia e a eficiência técnica e distributiva e fomentando uma cultura de proximidade e cooperação.

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro saudou os dois indigitados, dizendo que o PSD, face aos currículos, pode verificar que são qualificados, sendo muito importante o papel da ERS na defesa dos direitos dos utentes e na regulação do setor. Perguntou como poderá ser aprofundado o SINAS e se seria possível o seu alargamento, que panorâmica geral resulta das inspeções feitas, se há ou não suficiência de meios e recursos, qual a opinião sobre a liberdade de circulação dos utentes no SNS e se poderia evoluir para uma liberdade plena, em articulação com o setor privado.

A Deputada Marisabel Moutela saudou também os indigitados, acrescentando que dos currículos ressalta a sua formação académica e experiência na área da saúde, dando garantias para o exercício destas funções e complementando-se até nas experiências. Considera importantes as questões da garantia dos direitos de acesso ao sistema e a legalidade e transparência nas relações entre prestadores e utilizadores, perguntando o que pode a ERS fazer quanto às discrepâncias no acesso à saúde, que existem no território nacional.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou os indigitados e agradeceu as suas exposições. Perguntou se têm intenção de avançar com alguns estudos na área dos determinantes socioeconómicos, nos sistemas de saúde, pois pensa que os estudos da ERS são fonte importante; o que poderá ser feito quanto à publicidade sem fundamentação técnica e como poderão intervir em articulação com outras entidades nesta área; e qual o efeito das recomendações da ERS e o seu grau de cumprimento,



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 93/XIII/ 3.ª SL

na sequência das reclamações apresentadas quanto ao acesso aos cuidados de saúde e sua qualidade.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou os indigitados e perguntou, tendo presentes as responsabilidades da ERS definidas legalmente, o que propõem quanto ao licenciamento, no que se refere à revisão dos procedimentos e relação com os prestadores, para que possam melhorar as intervenções e ser acautelada a usurpação de funções; o que pensam sobre os sistemas de informação, dada a necessidade de se pugnar pela proteção dos dados pessoais, sendo os da saúde especialmente sensíveis; e quais as dificuldades com a acessibilidade/reclamações.

A vogal indigitada Maria Manuela de Carvalho Álvares respondeu às questões colocadas, abordando os temas do SINAS, dizendo que este sistema deve ser objeto de mais publicidade e ser alargado a outras áreas, como os cuidados primários; das inspeções temáticas que são feitas, por temas clínicos ou geográficas, entendendo que só pelo facto de uma instituição estar a ser observada melhora a sua *performance*. Referiu que o alargamento da liberdade de circulação é uma opção política governamental e que quanto às discrepâncias territoriais no acesso deve a ERS fazer um estudo, pois é um tema de reflexão importante. A publicidade é uma área nebulosa, sendo necessário determinar o que compete a cada entidade. As reclamações são em número elevado, sendo necessário avaliar o efeito que têm as recomendações emitidas pela ERS, e também quanto ao licenciamento é preciso fazer um balanço. Finalizou abordando a importância da proteção dos dados pessoais, considerando que também nesta área terá de ser feita reflexão e avaliar como poderão ser blindados os dados.

O vogal indigitado Rogério Nogueira de Carvalho falou do SINAS, enquanto sistema de informação de âmbito nacional para avaliar a saúde; da necessidade de criar mecanismos que possam ajudar à cooperação com outras entidades; dos recursos humanos, sendo difícil dizer se são ou não suficientes, porque antes há que definir o rumo e os parceiros e as parcerias; da liberdade de escolha, que terá que ser introduzida gradualmente; e do problema, ainda não resolvido, da discrepância no acesso aos cuidados de saúde a nível territorial. Na área do licenciamento é essencial que antes haja planeamento, na publicidade há que promover a informação correta em saúde e a proteção de dados pessoais é absolutamente relevante.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 93/XIII/ 3.ª SL**

A Presidente em exercício agradeceu as explicações dadas pelos vogais indigitados, que foram muito esclarecedoras e detalhadas, tendo deixado uma boa imagem e um bom contributo. Desejou-lhes felicidades e a maior eficácia nas suas funções. Informou que foi já designado o autor do parecer a elaborar pela Comissão, sobre estas audições, que será enviado ao Governo através do SEAP.

O vídeo/gravação desta audição poderá ser acedido neste [link](#).

A reunião foi encerrada às 13:15 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 dezembro 2017.

**A VICE-PRESIDENTE**

**(Maria Antónia Almeida Santos)**



**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 93/XIII/ 3.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
António Sales  
Carla Cruz  
Catarina Marcelino  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Fátima Ramos  
Isabel Galiça Neto  
Isaura Pedro  
João Gouveia  
João Marques  
José António Silva  
Luís Graça  
Luís Vales  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Marisabel Moutela  
Miguel Santos  
Moisés Ferreira  
Ricardo Baptista Leite  
António Topa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eurídice Pereira  
Jorge Falcato Simões  
José Luís Ferreira  
Luís Soares  
Teresa Caeiro

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

José de Matos Rosa